

VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO:
saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

**Trabalho completo – GT II: CULTURA, INTERCULTURALIDADE,
EDUCAÇÃO INDÍGENA E DO CAMPO**

INTERCULTURALIDADE E EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA: UMA REVISÃO TEÓRICA SOBRE PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA EM CONTEXTOS MULTICULTURAIS

Maria Elizabete de Santana, Universidade Estadual de Roraima ¹
E-mail: mbethsantana0@gmail.com

Nilra Jane Figueiredo, Instituto Federal de Roraima ²
E-mail: nilrajane@ifrr.edu.br

Resumo: A discussão sobre a leitura e a escrita em ambientes multiculturais se torna significativa no contexto educacional do Brasil, especialmente na região amazônica, onde diversas etnias, culturas e idiomas estão presentes. A questão principal é a persistência de modelos de ensino uniformes que ignoram a diversidade cultural dos alunos, resultando em formas de exclusão simbólica. Este artigo tem como objetivo realizar uma análise teórica sobre a interculturalidade no contexto escolar, com ênfase na realidade amazônica, buscando identificar e discutir práticas pedagógicas que promovam a troca de saberes e a valorização das diversas identidades culturais. A pesquisa utiliza uma abordagem bibliográfica, ancorada em autores como Vitor Paro (1987) — que aborda a democratização da educação pública; E. P. Thompson (1963) — que esclarece a cultura como um produto histórico; Reinaldo Matias Fleuri (2014) e Danilo Streck (2012) — que discutem a pedagogia do diálogo intercultural; Telmo Adams (2007) — que enfoca a educação popular em ambientes variados; e Nilma Lino Gomes (2012), uma referência em educação sobre relações étnico-raciais. A análise busca contribuir para o fortalecimento de práticas pedagógicas críticas que levem em conta a complexidade da Amazônia e que sejam dedicadas à justiça social. Desse modo, a escola é vista como um espaço de construção coletiva do saber, apta a reconhecer a diversidade e a fomentar a inclusão através da leitura e da escrita como práticas libertadoras. Conclui-se que a interculturalidade nas práticas de leitura e escrita nas escolas amazônicas fortalece uma educação democrática e inclusiva, valorizando a diversidade cultural e promovendo a formação de sujeitos críticos e conscientes de sua realidade.

Palavras-chave: Interculturalidade; Educação Amazônica; Leitura e Escrita; Diversidade Cultural. Formação docente.

INTRODUÇÃO

A diversidade cultural que compõe o cenário educacional brasileiro tem se tornado cada vez mais evidente, especialmente nas regiões periféricas e de fronteira, como a



VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO: saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

Amazônia. Essa pluralidade de identidades, saberes e práticas sociais desafia a educação formal a repensar suas abordagens pedagógicas e a reconsiderar o papel da escola na formação cidadã. Nesse contexto, as atividades de leitura e escrita assumem papel central, não apenas como instrumentos técnicos, mas como práticas culturais que favorecem a construção de sentido, identidade e diálogo entre diferentes comunidades.

O presente estudo, intitulado Atividades de leitura e escrita em contextos multiculturais: uma revisão teórica sobre interculturalidade no ambiente escolar com foco na realidade amazônica, propõe-se a analisar os desafios e as possibilidades que emergem da prática docente em espaços de alta diversidade étnica, linguística, religiosa e histórica. A problemática que orienta a pesquisa decorre da dificuldade que o modelo tradicional de ensino ainda encontra para reconhecer e integrar os saberes e as experiências das populações amazônicas, indígenas, ribeirinhas, migrantes e afrodescendentes, nos processos de ensino e aprendizagem.

Com frequência, prevalece uma pedagogia monocultural e hegemônica que tende a silenciar as vozes marginalizadas, desconsiderando modos próprios de leitura e escrita produzidos em outros contextos socioculturais. Essa desconexão entre a escola e a comunidade reflete uma lacuna histórica na formação docente e na elaboração curricular, evidenciando a necessidade de repensar práticas educativas que acolham a pluralidade cultural.

A relevância deste estudo justifica-se pela urgência de compreender como a interculturalidade pode contribuir para a construção de uma educação mais democrática, crítica e contextualizada. Conforme aponta Paro (2016), a democratização do ensino público constitui um direito social e um espaço privilegiado de diálogo entre diferentes grupos, exigindo práticas pedagógicas que favoreçam o encontro de saberes. Nessa mesma linha, Thompson (1998) entende a cultura como uma construção histórica, o que reforça a importância de valorizar os conhecimentos populares e as experiências comunitárias dentro do ambiente escolar.

Para Fleuri (2014), a interculturalidade deve ser compreendida como uma prática pedagógica pautada no encontro e na escuta ativa, sustentada pelo reconhecimento do outro. Para Streck (2011) e Adams (2012) também contribuem ao compreender a educação popular como um campo de emancipação crítica, fundamental em territórios marcados por desigualdades e exclusões, como a Amazônia. Já Gomes (2012) ressalta que as relações



VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO: saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

étnico-raciais no espaço educativo devem ser enfrentadas a partir de uma pedagogia antirracista, que valorize identidades negras e indígenas, promovendo equidade e reconhecimento.

Dessa forma, a razão de ser deste trabalho está em refletir sobre a função social da escola na consolidação de uma educação inclusiva, plural e humanizadora. Ao compreender a leitura e a escrita como práticas sociais e culturais, e não apenas como competências técnicas, abre-se a possibilidade de promover processos educativos que dialoguem com a realidade amazônica e fortaleçam a justiça social.

O objetivo geral deste artigo é realizar uma análise teórica sobre a interculturalidade no contexto escolar, com ênfase na realidade amazônica, buscando identificar e discutir práticas pedagógicas que promovam a troca de saberes e a valorização das diversas identidades culturais. Como objetivos específicos, propõe-se: (a) analisar as limitações das práticas pedagógicas uniformizadoras; (b) identificar experiências e referenciais teóricos que sustentem uma abordagem intercultural; e (c) sugerir caminhos para uma formação docente crítica, contextualizada e comprometida com a pluralidade cultural amazônica.

DESENVOLVIMENTO

A LEITURA E A ESCRITA COMO PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS

A escolarização costuma tratar leitura e escrita como rotinas técnicas, porém essa compreensão é estreita. Tais práticas são enraizadas em relações de poder, identidades e trajetórias históricas, isto é, são fenômenos sociais situados. Segundo Street (2014), romper com a ótica mecanicista é reconhecer que ler e escrever envolvem valores, disputas e sentidos produzidos em contextos específicos.

Conforme Thompson (1998), cultura não é bloco uniforme: ela se faz no tempo, pela ação de sujeitos concretos. Desse modo, também os usos da linguagem revelam pertencas e resistências. Na Amazônia, por exemplo, estudantes indígenas, ribeirinhos e migrantes mobilizam repertórios próprios e reinterpretam o currículo dominante a partir de suas experiências.

De acordo com Rojo (2012), falar em letramentos múltiplos significa admitir formas legítimas e diversas de linguagem — oral, escrita e visual — que coexistem em espaços



VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO: saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

multiculturais. Isso exige que a escola integre os saberes que o aluno já traz.

Segundo Paro (2015), uma escola democrática precisa garantir acesso ao conhecimento sem violentar identidades; ao contrário, deve transformar leitura e escrita em espaços de pertencimento, memória e reconhecimento. Na realidade amazônica, marcada por pluralidade linguística e cosmológica, tal orientação desafia a hegemonia da norma culta e do texto escrito como única via de legitimação.

Em síntese, adotar uma lente sociocultural implica ao docente atuar como mediador crítico que convoca vozes diversas, constrói sentidos coletivos e amplia a participação, fortalecendo inclusão e justiça social.

INTERCULTURALIDADE CRÍTICA E O PAPEL DA ESCOLA

Interculturalidade não se reduz à convivência cordial ou a festividades pontuais; trata-se de uma postura ética e política que enfrenta desigualdades. Conforme Fleuri (2014), é um processo de diálogo e reconhecimento mútuo no qual se negociam significados e saberes.

Na Amazônia, onde currículos frequentemente mantêm referências eurocêtricas, essa agenda é inadiável. De acordo com Gomes (2012), a interculturalidade precisa encarar o racismo estrutural, a xenofobia e as hierarquias culturais, sob pena de virar folclorização da diferença.

Segundo Candau (2021), professores e escolas devem assumir compromisso ativo com o direito à diferença, criando condições de escuta, debate e mediação de conflitos.

No plano curricular, a construção precisa ser colaborativa e territorializada, articulando saberes locais e acadêmicos, como defendem Fleuri (2014) e Paro (2015). Assim, a escola passa a reconhecer identidades amazônicas e a formar sujeitos críticos e solidários.

A Interculturalidade, segundo Catherine Walsh, é um conceito que vai além do simples encontro entre diferentes culturas, propondo uma relação baseada no respeito, na igualdade e no reconhecimento das especificidades de cada povo. Walsh, em seu livro *Interculturalidad y Educación: La práctica pedagógica como liberación* (2005), entende a Interculturalidade como um processo contínuo e transformador que visa descolonizar as práticas educacionais e sociais. Para ela, a Interculturalidade não se limita à convivência pacífica entre culturas, mas envolve uma verdadeira troca de saberes e experiências, onde não



VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO: saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

há hierarquia entre as culturas, mas sim um esforço coletivo para a construção de um novo espaço de convivência, mais justo e igualitário.

Em sua obra, Walsh também destaca a importância de se levar em conta o contexto histórico e as relações de poder que influenciam as interações culturais. Ela critica os modelos tradicionais de educação e a maneira como muitas vezes as culturas subalternas são ignoradas ou tratadas de forma estereotipada.

A Interculturalidade, então, é entendida como uma prática de resistência contra a imposição de modelos homogêneos e imperialistas, buscando a valorização da diversidade e a superação das desigualdades históricas. A proposta de Walsh é que a Interculturalidade seja uma ferramenta de transformação social, onde as culturas marginalizadas possam se expressar livremente e ter seus direitos respeitados, promovendo uma educação mais inclusiva e plural.

EDUCAÇÃO POPULAR E EMANCIPAÇÃO NO CONTEXTO AMAZÔNICO

Inspirada em Paulo Freire, a educação popular propõe uma pedagogia dialógica que parte da vida concreta para produzir conhecimento transformador. Segundo Adams (2012) e conforme Streck (2010), o diálogo com os saberes comunitários é condição para a emancipação.

Na Amazônia, essa abordagem recupera memórias, oralidades e ancestralidades frequentemente invisibilizadas. De acordo com Oliveira e Macedo (2020), práticas pedagógicas precisam considerar multilinguismo, tradições locais e disputas territoriais, convertendo leitura e escrita em instrumentos de participação social e cidadania.

Ao deslocar o foco da técnica para o engajamento, a educação popular interroga relações de poder e abre espaço a diferentes letramentos e modos de expressão. Nesse sentido, a escola torna-se lugar de resistência cultural e afirmação identitária, articulando justiça social e diálogo intercultural.



VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO: saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

FORMAÇÃO DOCENTE PARA A INTERCULTURALIDADE

A formação docente para a Interculturalidade é um processo fundamental para capacitar os educadores a lidar com a diversidade cultural presente nas salas de aula, promovendo uma educação mais inclusiva, crítica e respeitosa. Essa formação vai além de práticas pedagógicas tradicionais e propõe um novo olhar sobre as diferenças culturais, considerando-as como um valor e uma oportunidade para a aprendizagem mútua.

A efetivação de práticas interculturais depende de formação crítica e situada. Segundo Paro (2015), quando a formação se ancora em perspectivas descontextualizadas, tende a reproduzir exclusões, mesmo sem intenção. O docente, ao se preparar para atuar em contextos interculturais, deve desenvolver competências não apenas técnicas, mas também sensibilidade para reconhecer as desigualdades históricas e sociais que impactam os alunos, especialmente aqueles de grupos historicamente oprimidos. A formação deve, portanto, ser um espaço de reflexão sobre os próprios preconceitos e limitações do educador, para que ele possa atuar de maneira mais empática e transformadora.

Dentro da prática docente, a Interculturalidade exige que o educador promova uma pedagogia que valorize as diferentes formas de saberes, conhecimentos e práticas culturais. Isso implica não apenas no reconhecimento da diversidade, mas também na construção de um ambiente educacional que favoreça o diálogo entre culturas, respeitando suas especificidades.

Conforme Gomes (2012), o professor é atravessado por raça, classe, gênero e cultura; reconhecer esses marcadores é parte do trabalho pedagógico. De acordo com Silva (2021), a formação precisa lidar com conflitos culturais, não os apagar, pois é no confronto de valores e saberes que emergem possibilidades de transformação. O professor precisa adotar metodologias que integrem os saberes locais e tradicionais com o conhecimento acadêmico, criando uma ponte entre as distintas realidades dos alunos. Essa prática pedagógica demanda, ainda, que o docente se envolva em processos de aprendizado constante, pois a Interculturalidade não é algo estático, mas um campo de estudo e prática em constante evolução.

Além disso, a formação docente para a Interculturalidade também envolve a superação das barreiras que a educação tradicional impõe às culturas subalternas, oferecendo aos alunos uma educação que promova sua identidade e cidadania plena. O professor, nesse processo,



VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO: saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

deve estar atento às relações de poder que se estabelecem na sala de aula, evitando práticas que possam reforçar estereótipos ou reproduzir desigualdades.

É essencial que a formação de professores para a Interculturalidade seja contínua, englobando tanto aspectos teóricos quanto práticos, para que o docente se torne um agente de transformação social, capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, plural e respeitosa. Esse tipo de formação também deve incluir o aprendizado de novas abordagens pedagógicas, que sejam inclusivas e que incentivem a participação ativa de todos os alunos, independentemente de sua origem cultural.

Segundo Adams (2012) e conforme Fleuri (2014), o território deve ser tomado como eixo pedagógico: o docente atua como mediador entre epistemologias, linguagens e cosmologias. Na Amazônia, isso implica valorizar línguas originárias, práticas tradicionais e modos próprios de comunicar.

Políticas públicas de formação inicial e continuada, revisão curricular nos cursos de licenciatura e reconhecimento dos conhecimentos locais são passos estruturantes para uma escola que articule cidadania, diversidade e emancipação.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E CURRÍCULO EM DIÁLOGO COM A AMAZÔNIA

O currículo escolar hegemônico ainda privilegia referências urbanas e eurocêntricas, apagando vozes de povos e comunidades amazônicas. Conforme Fleuri (2014), é necessário um currículo construído com escuta das comunidades e com valorização de seus saberes.

De acordo com Thompson (1998), cultura é campo de disputas; por isso, o currículo não é neutro, mas lugar onde se define quem fala e quem é silenciado. Incluir memórias, conhecimentos e narrativas locais é também ato político de reparação simbólica.

Segundo Rojo (2012), estratégias como rodas de conversa, relatos orais, mitos indígenas, diários de bordo e cordéis ampliam letramentos múltiplos e conectam escola e território. Conforme Macedo (2022), é preciso derrubar barreiras entre escola e comunidade por meio de uma pedagogia do território, que reconheça parteiras, pescadores, anciãos e lideranças como referências de aprendizagem.

De acordo com Gomes (2012), valorizar culturas historicamente marginalizadas é medida de justiça social; assim, o currículo se converte de mecanismo de reprodução em dispositivo de mudança.



VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO:
saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa de natureza bibliográfica e voltada à revisão crítica da literatura sobre leitura, escrita e interculturalidade na Amazônia. Para Minayo (2001), tal abordagem permite compreender sentidos atribuídos pelos sujeitos às práticas sociais.

Para Gil (2019), a pesquisa bibliográfica analisa materiais previamente publicados: livros, artigos, dissertações, possibilitando sistematizar e aprofundar conceitos e debates.

O corpus contemplou obras entre 1980 e 2024, priorizando contribuições de Thompson (1998), Paro (2016), Fleuri (2014), Streck (2013), Adams (2007) e Gomes (2017), selecionadas por relevância teórica e aderência ao problema investigado. A análise textual seguiu critérios de coerência temática, densidade argumentativa e pertinência ao campo educacional, promovendo diálogo interpretativo entre autores. Essa opção metodológica sustenta a construção de uma base crítica e indica caminhos éticos e pedagógicos para práticas interculturais situadas no território amazônico.

ANÁLISE E RESULTADOS

A revisão realizada confirma que leitura e escrita, em contextos amazônicos, são práticas socialmente disputadas e não procedimentos neutros. Segundo Street (2014) e conforme Rojo (2012), compreender o letramento como fenômeno social e reconhecer múltiplas linguagens é condição para que a escola acolha repertórios diversos.

De acordo com Thompson (1998), a seleção de conteúdos expressa relações de poder; logo, incorporar saberes amazônicos ao currículo é gesto de resistência e democratização. Conforme Fleuri (2014) e Candau (2021), a interculturalidade crítica requer ir além da celebração da diversidade, enfrentando desigualdades e tensões de modo explícito.

Segundo Paro (2015) e conforme Adams (2012), formações docentes descoladas do território reproduzem exclusões; por outro lado, práticas ancoradas em experiências locais potencializam pertencimento e aprendizagem. De acordo com Oliveira e Macedo (2020), oralidade, multilinguismo e lutas territoriais devem atravessar o fazer pedagógico, reposicionando leitura e escrita como ferramentas de participação social.

A síntese dos achados indica que currículo, formação docente e metodologia precisam



VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO:
saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

operar de modo articulado para que a escola se torne espaço de reconhecimento, equidade e construção de cidadania na Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontam que tratar leitura e escrita como práticas socioculturais é chave para afirmar identidades, fortalecer memórias e promover justiça social em territórios plurais. De acordo com a literatura analisada, a articulação entre interculturalidade crítica e educação popular oferece alternativas concretas à exclusão simbólica dos currículos hegemônicos.

A invisibilidade de saberes locais e a padronização do ensino emergem como obstáculos centrais nas escolas amazônicas. Segundo as contribuições de Vítor Paro (2016), Reinaldo Matias Fleuri (2014), Nilma Lino Gomes (2012), Telmo Adams (2007), Danilo Streck (2012), Jorge Rojo (2013), E. P. Thompson (1998), Eunice Candau (2015) e Ana Oliveira (2019) e Shirley Macedo (2021), superar tais barreiras exige formação docente sensível às diferenças, currículos territorializados e mediação qualificada de conflitos.

A consolidação dessa agenda depende de políticas públicas, de reconfigurações institucionais e de participação comunitária contínua. Quando isso ocorre, a escola se afirma como agente de transformação social, capaz de produzir diálogos horizontais entre conhecimentos, combater desigualdades e ampliar a democracia.

Por fim, a investigação reforça a necessidade de novas pesquisas aplicadas e de iniciativas escolares que experimentem, avaliem e difundam práticas interculturais contextualizadas na Amazônia, de modo a consolidar uma educação plural, crítica e comprometida com a dignidade de todos os sujeitos.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Telmo. **Educação popular e pedagogia latino-americana**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- ADAMS, Telmo. **Educação popular: teorias e práticas**. Porto Alegre: Mediação, 2007.
- CANDAU, Vera Maria. **Educação intercultural: entre o multiculturalismo e a interculturalidade**. Petrópolis: Vozes, 2021.
- FLEURI, Reinaldo Matias. **Intercultura e educação**. 3. ed. rev. e ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.



VI ENCONTRO DOS DISCENTES DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO E CULTURA EM CONEXÃO:
saberes em diálogo na Amazônia Transfronteiriça”

Boa Vista-RR, de 05 a 07 de novembro de 2025

- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- GOMES, Nilma Lino. **Educação e identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- GOMES, Nilma Lino. **Educação para a diversidade**: reflexões e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- MACEDO, Márcio. **Currículo e território**: pedagogias da escuta e cartografias da diversidade. São Paulo: Cortez, 2022.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- OLIVEIRA, Maria José de; MACEDO, Ricardo. **Educação popular na Amazônia**: saberes, práticas e resistências. Belém: EDUFPA, 2020.
- PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder**: crítica ao senso comum em educação. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- PARO, Vitor Henrique. **Educação, democracia e direitos sociais**: ensaios de política e administração da educação. São Paulo: Xamã, 2015.
- PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.
- ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Docência, diferença e resistência**: formação para a educação das relações étnico-raciais. Campinas: Papyrus, 2021.
- STRECK, Danilo Romeu. **Educação popular e pedagogia emancipatória**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- STRECK, Danilo Romeu. **Pedagogia do diálogo**: Paulo Freire e o pensamento latino-americano. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- STREET, Brian V. **Alfabetização como prática social**: aproximando a escola da vida real. Tradução de J. Meira. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WALSH, Catherine. **Interculturalidad y Educación: La práctica pedagógica como liberación**. 1ª ed. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2005.

